

de São Paulo. Assim como meu amigo João Dória, do PDC da Bahia, mas preservou os partidos políticos e as eleições diretas para prefeitos e governadores, tanto que Faria Lima foi eleito prefeito de São Paulo em março de 1965.

Em outubro daquele ano ocorreram eleições diretas para governador em alguns estados. Naquela época, pela lei, não havia coincidência geral de eleições, alguns estados tinham eleições em anos diferentes.

Naquelas eleições os candidatos do governo militar perderam a eleição em cinco estados, mas o que doeu mesmo para eles foram as eleições de Israel Pinheiro, em Minas Gerais, que havia sido presidente da Novacap e era amigo de Juscelino Kubitschek, e Negrão de Lima, no Rio de Janeiro, também do PSD.

Inconformados com o resultado das urnas e com a vontade popular, os militares editaram o Ato Institucional nº 2, que, além de cassações e duras medidas autoritárias, decretou a extinção dos partidos políticos. Isso talvez marque mais claramente o efetivo início da ditadura e do regime militar no Brasil. Também os civis que apoiaram 64 foram expelidos do poder.

Foram estabelecidas regras duras para a criação dos nossos partidos. Só eram permitidos dois. Rapidamente o partido de apoio ao governo foi formado, o Arena. Houve perseguições, represálias, foi bastante difícil reunir os parlamentares necessários para a criação de um partido de oposição e evitar a ditadura de um partido único.

Após muito esforço, o MDB foi formado. Teve como presidente o senador Oscar Passos, como primeiro vice-presidente o deputado Franco Montoro, como segundo vice-presidente o deputado Ulysses Guimarães, como líder na Câmara dos Deputados, Mário Covas, e, como líder aqui na Assembleia Legislativa, Chopin Tavares de Lima.

Não apenas a criação do MDB foi difícil, suas ações políticas, suas atividades políticas foram frequentemente suspensas, impedidas e proibidas pelos militares, até que, em 13 de dezembro de 1968, foi promulgado o famigerado AI-5, que cassou Mário Covas, Chopin Tavares de Lima e Fernando Henrique Cardoso. Na verdade não cassou o Fernando Henrique, porque ele não tinha mandato. Mas o aposentou na USP e tirou seus direitos políticos.

Naquelles dias, alguns pensaram em fechar o MDB. Outros acusaram o MDB de ser uma linha auxiliar da Arena, e apenas legitimar a ditadura militar. Entre esses críticos, alguns optaram pela luta armada, opção essa que se mostrou absolutamente equivocada, inclusive porque para muitos deles a redemocratização do Brasil não era o objetivo principal, mas, sim, implantar um governo totalitário. Não havia, na ocasião, nenhuma chance de vitória para esses grupos. E pior, esses movimentos acabaram por prejudicar a luta, a resistência democrática dos verdadeiros heróis do MDB, e atrasaram, por anos, o processo de redemocratização do País por alimentar a ação da chamada linha dura dos militares.

Nessas condições, atacado por todos os lados, o Brasil vivendo o período chamado milagre econômico, e com a conquista do tricampeonato mundial de futebol, muito bem aproveitado pela propaganda do regime militar, o MDB disputou as eleições de 1970, tendo um resultado eleitoral bastante desfavorável. Elegeu apenas sete senadores, enquanto a Arena elegeu 39, resultado similar na Câmara dos Deputados e nas Assembleias Legislativas. Entre os que conseguiram se eleger, destaco André Franco Montoro, que ganhou uma apertada disputa para o senado de São Paulo.

Mais uma vez surgiu a proposta de fechar o partido, o que felizmente não prosperou. Talvez a causa tenha sido aquele entusiasmo e otimismo a que o Serra se referiu, mas a maioria decidiu manter a resistência democrática e ocupar, procurando ampliar todos os espaços de luta, de resistências existentes. No Congresso Nacional, um pequeno, mas corajoso, persistente e aguerrido grupo de parlamentares sustentou com galhardia uma luta desigual contra uma numerosa maioria governamental. Esse grupo conseguiu manter viva a chama da democracia, e, ao mesmo tempo, denunciar o perverso processo de piora na distribuição de renda, condenar o arrocho salarial, a intervenção e o controle externo de sindicatos dos trabalhadores.

Essa não foi uma pregação no deserto. Nas eleições seguintes, de 1974, o MDB obteve expressiva vitória. Elegeu 16 em 23 senadores, entre eles Quércia, Brossard, Marcos Freire, Itamar Franco, e outros. Para mim, foi o princípio do fim da ditadura. André Franco Montoro foi o grande líder dessa campanha. Não precisando disputar eleições, porque já tinha o mandato de oito anos de senador, percorreu o Brasil, apoiando os candidatos do MDB, e se orgulhava de ter visitado 16 estados e em todos eles os senadores eleitos terem sido do MDB. Essa expressiva vitória mostrou que o povo brasileiro repudiava o regime militar, e representou o início de um vitorioso, embora longo, processo pacífico de redemocratização do Brasil.

Mais uma vez, quero destacar as características da ação política de Franco Montoro e de seus companheiros. Não foi mais uma vez à busca de cargos, de negócios ou defesa de interesses particulares, pois estavam todos concentrados no Poder Executivo Militar. O que motivou a todos eles foi o ideal de democracia e de justiça social. A política tinha um objetivo nobre, a promoção do bem comum.

Com a extinção do MDB, nosso pai lutou e foi um dos responsáveis pela criação do PMDB. Pelo PMDB elegeu-se, em 1982, governador do estado de São Paulo. Sua campanha, como típica de sua vida política, foi baseada em princípios. Eram três os princípios chaves que já foram aqui repetidos: a descentralização, a participação e a criação de emprego. Apesar de fortes pressões, e até de sarcasmos e ironias, inclusive de companheiros, Montoro se manteve fiel a esses princípios. Até hoje, passados 30 anos, ainda me emocionou, como ocorreu ontem em São José do Rio Preto, ao ouvir palavras de reconhecimento, de gratidão ao governo de Franco Montoro.

Poderia falar também das eleições diretas, do comício da Praça da Sé, do processo de criação do PSDB, e mais uma vez renunciando às benesses do poder para ouvir o pulsar das ruas.

Mas vou finalizar destacando alguns aspectos do final da sua vida parlamentar. Eleito deputado federal em 94, reeleito em 98, não procurou cargos ou vantagens no governo do seu amigo Fernando Henrique Cardoso. Ele dedicou grande parte do seu tempo à luta por uma reforma política. O Serra falou agora do Eduardo Jorge. Ele foi um dos deputados que participava, às quartas-feiras de manhã, de um grupo de deputados organizado por meu pai, que ia crescendo na luta pelo parlamentarismo. Parlamentarismo com voto distrital, ou seja, ele não propunha remendos ou mudanças pontuais na legislação. Por mais importantes que possam ser consideradas questões, como a fidelidade partidária, cláusula de barreira, ou melhor, cláusula de desempenho, regras de coligação partidária e até financiamento de campanhas, essas questões não atingem o cerne do problema da política brasileira, não mudam as características centrais do processo político. Para Franco Montoro, reforma política, digna desse nome, era parlamentarismo com voto distrital, preferencialmente o voto distrital misto.

Ele entendia, até antes do “mensalão”, do “petrolão” e da Operação Lava Jato, que só uma autêntica reforma política seria capaz de reconciliar a política com a população. O caminho dessa reconciliação é o parlamentarismo e o voto distrital. Se quisermos homenagear Franco Montoro, unamo-nos em seu último sonho: uma verdadeira reforma política.

Lembrando Dom Hélder Câmara: “Se sonharmos juntos, se nos unirmos nesse sonho, estaremos começando uma nova realidade”.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - O senador José Aníbal acaba de enviar uma mensagem por WhatsApp: “Parabéns pela iniciativa, à qual me associo com entusiasmo.

Montoro foi um grande brasileiro. Estou em Ribeirão Preto com Duarte Nogueira e outros amigos. Todos mandam abraços.”

Também encaminhou ofício o deputado estadual Carlos Bezerra Jr., do PSDB.

“Franco Montoro. Sua carreira política ficou marcada pela moderação. Católico, seguia preceitos da chamada democracia cristã. Formou-se em filosofia e pedagogia na Faculdade de São Bento e em direito no Largo de São Francisco. Dividia seu tempo entre aulas e advocacia, quando iniciou sua vida política entrando no PDC - Partido Democrata Cristão.

Montoro foi eleito para seu primeiro cargo político em 1952, como vereador, mas não chegou a concluir o mandato, deixando a Casa como protesto ao comércio de votos para a eleição do presidente da Mesa. Em 1954, concorreu ao posto de deputado estadual. Eleito, tornou-se presidente desta Casa, da Assembleia Legislativa de São Paulo. Foi eleito senador em 1970 e reeleito em 1978, com mais de quatro milhões de votos.

Eleito governador de São Paulo nas primeiras eleições realizadas para o cargo após a militarização do governo, seu governo será lembrado pelos avanços sociais e administrativos. Nomeou Mário Covas, cassado pelos militares, prefeito da capital paulista.

Foi homenageado no Aeroporto Internacional de São Paulo - Guarulhos.”

Aliás, vamos fazer uma campanha aqui. Não quero mais ouvir “Aeroporto de Cumbica” ou “Aeroporto Internacional de Guarulhos”. Não há nada que me irrite mais no avião. É Aeroporto Internacional André Franco Montoro. Por favor. (Palmas.)

O SR. JOSÉ SERRA - Eu estava dizendo algo para o André e ele me encorajou a falar. Aprendi com o Aloysio Nunes uma expressão em francês: “syndrome de l’escalier”. A pessoa está saindo de uma reunião no primeiro andar, em Paris, descendo a escada e fala: “Puxa, esqueci de falar tal coisa”.

Tem uma coisa que esqueci de falar e que, para o Montoro, causava uma satisfação inacreditável: a questão da poluição em Cubatão. Não sei se os mais velhos lembram a maldição que era aquilo. Pegamos um dinheiro do Banco Mundial que estava destinado para outra coisa, conseguimos convencê-lo a concentrar nisso e acabamos com aquela poluição de Cubatão. Essa era uma das coisas que mais o orgulhavam. Tenho certeza de que foi o espírito dele que veio me cutucar para que eu não deixasse de mencionar isso. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Bem, esta é uma sessão solene, que tem um rito. Tem começo, tem meio e tem fim. É uma sessão que não queríamos que acabasse tão cedo. Lembro-me de minha filha mais nova, Maria Eduarda, tomando um sorvete e dizendo: “Pai, já acabou? Foi tão gostoso que a gente queria ficar mais”.

Vamos dar outro sorvete: quando formos inaugurar a Praça Franco Montoro, como o Rubens Rizek falou, quando formos abrir os portões e colocar os bancos, vamos fazer uma nova sessão solene por ocasião dessa inauguração. (Palmas.)

Esgotado o objeto da presente sessão, a Presidência agradece às autoridades presentes, ao Dr. Paulo Peixoto e ao querido deputado Delegado Olim, brilhante em seu primeiro mandato, que nos auxiliaram na condução desta cerimônia; à minha equipe, aos funcionários dos serviços de Som, da Taquígrafia, de Atas, do Cerimonial, da Secretaria Geral Parlamentar, da Imprensa, da TV Assembleia e das assessorias da Polícia Civil e da Polícia Militar, bem como a todos que, com as suas presenças, colaboraram para o êxito desta solenidade.

Com a voz que ainda me resta, convido a todos - menos os que estão nos assistindo pela televisão, pois já será domingo - para participarem de um coquetel que será servido no Salão Waldemar Lopes Ferraz.

Deus abençoe Franco Montoro e todos nós.

Está encerrada a sessão.

\*\*\*

- Encerra-se a sessão às 21 horas e 21 minutos.

\*\*\*

2

## 28 DE JUNHO DE 2016

### 093ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: ANALICE FERNANDES, CELSO NASCIMENTO, GILENO GOMES, ORLANDO BOLÇONE, GILMACI SANTOS e FERNANDO CAPEZ

Secretário: JOOJI HATO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - ANALICE FERNANDES

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CARLOS NEDER

Informa que a Associação Brasileira de Liderança - Braslider o contatará para informar que lhe entregaria uma homenagem. Manifesta estranheza pelo fato de precisar comprar um chamado “kit festividade” e de ter que encaminhar currículo para o recebimento do prêmio. Questiona o fato de a empresa fazer uso do timbre de várias associações, inclusive o desta Casa. Destaca a necessidade de averiguação dos dados da empresa, bem como da fonte dos recursos para entrega de suas comendas.

3 - CORONEL TELHADA

Para comunicação, solicita que o pronunciamento do deputado Carlos Neder seja encaminhado ao Comando Militar do Sudeste e ao Círculo Militar de São Paulo. Considera necessária a investigação da empresa Braslider.

4 - CORONEL TELHADA

Pede pela aprovação das emendas apresentadas ao projeto de lei que dispõe sobre as condições de ingresso à Polícia Militar. Defende que a idade máxima de ingresso seja mantida. Lamenta o assassinado do delegado Guerinio Solfa Neto, de São José do Rio Preto. Rebate palavras do secretário de Segurança Urbana, Benedito Mariano, que condenou a ação da Guarda Civil Municipal que levou à morte de garoto de 11 anos. Discorda dos argumentos expostos pelo secretário. Ressalta a importância do policiamento preventivo realizado pela Guarda Civil Municipal.

5 - JOOJI HATO

Tece comentários sobre empresa que deseja oferecer o serviço de mototáxi na cidade de São Paulo. Considera que o uso compartilhado de capacetes utilizados no serviço aumenta o risco de transmissão de doenças. Alerta para um possível aumento de acidentes com o uso de mototáxis. Diz ser ilegal a utilização de motocicletas como transporte coletivo na cidade de São Paulo. Defende investimentos em transportes coletivos de massa no município.

6 - CARLOS NEDER

Retoma o assunto sobre a Associação Brasileira de Liderança - Braslider. Questiona a existência de autorização para que o nome desta Casa possa ser utilizado nas condecorações da referida empresa. Adiciona que a Braslider utiliza conteúdos audiovisuais produzidos por este Parlamento. Destaca a necessidade de apuração do caso, bem como de investigação de empresas semelhantes que utilizam espaços desta Casa para fins, possivelmente, comerciais.

7 - JOOJI HATO

Solicita a suspensão da sessão até as 17 horas, por acordo de lideranças.

8 - PRESIDENTE ANALICE FERNANDES

Defere o pedido e suspende a sessão às 15h03min.

9 - CELSO NASCIMENTO

Assume a Presidência e reabre a sessão às 17h05min.

10 - JOÃO PAULO RILLO

Solicita a suspensão dos trabalhos por 30 minutos, por acordo de lideranças.

11 - PRESIDENTE CELSO NASCIMENTO

Defere o pedido e suspende a sessão às 17h05min.

12 - GILENO GOMES

Assume a Presidência e reabre a sessão às 17h33min.

13 - DAVI ZAIA

Solicita a suspensão da sessão por 15 minutos, por acordo de lideranças.

14 - PRESIDENTE GILENO GOMES

Defere o pedido e suspende a sessão às 17h34min.

15 - ORLANDO BOLÇONE

Assume a Presidência e reabre a sessão às 17h52min.

16 - ITAMAR BORGES

Solicita a suspensão da sessão por 10 minutos, por acordo de lideranças.

17 - PRESIDENTE ORLANDO BOLÇONE

Defere o pedido e suspende a sessão às 17h52min.

18 - GILMACI SANTOS

Assume a Presidência e reabre a sessão às 18h10min.

19 - GILENO GOMES

Solicita a suspensão da sessão por 15 minutos, por acordo de lideranças.

20 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Defere o pedido e suspende a sessão às 18h10min.

21 - FERNANDO CAPEZ

Assume a Presidência e reabre a sessão às 18h38min.

22 - CAMPOS MACHADO

Pelo art. 82, discorre sobre os salários de defensores públicos. Questiona os baixos rendimentos de delegados que, a seu ver, dispõem das mesmas condições dos citados anteriormente, com a inscrição na OAB. Defende a paridade de salários entre as carreiras. Pede pela apreciação da PEC dos delegados.

23 - CAMPOS MACHADO

Para Questão de Ordem, defende o deputado José Zico Prado, que teria sido prejudicado em sua oportunidade de discursar.

24 - ALENCAR SANTANA BRAGA

Pelo art. 82, comenta reunião da CPI que investiga possíveis irregularidades na distribuição da merenda escolar no estado de São Paulo. Faz menção a requerimentos de informações, que foram aprovados. Discorda da formação de presidência, vice-presidência e relatoria da CPI que, adita, tem como titulares deputados da base aliada do governo. Lembra os deveres da referida comissão.

25 - EDMIR CHEDID

Pelo art. 82, rebate fala do deputado Barros Munhoz, em sessão ocorrida na semana passada. Defende-se de acusações por parte do parlamentar. Explica sua atuação em obra, no município de Amparo, pertencente ao Programa São Paulo Amigo dos Idosos. Diz que não se importa em trabalhar, juntamente com o deputado Barros Munhoz, para o desenvolvimento do estado, bem como ao daquela cidade. Mostra reportagem sobre o tema.

ORDEM DO DIA

26 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado requerimento, do deputado Feliciano Filho, de urgência ao PL 91/16.

27 - CAMPOS MACHADO

Para comunicação, indaga quanto ao tempo que se aproximava para o esgotamento da presente sessão.

28 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Convoca as Comissões de Constituição, Justiça e Redação e a de Finanças, Orçamento e Planejamento para uma reunião conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 10 minutos; e as Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Administração Pública e Relações de Trabalho e de Finanças, Orçamento e Planejamento para uma reunião conjunta, a realizar-se hoje, às 19 horas e 15 minutos. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 29/06, à hora regimental, com Ordem do Dia. Encerra a sessão.

\*\*\*

- Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Analice Fernandes.

\*\*\*

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Jooji Hato para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - JOOJI HATO - PMDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

\*\*\*

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

\*\*\*

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Srs. Deputadas, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder.

O SR. CARLOS NEDER - PT - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV AleSp. Fui procurado, por meio eletrônico, por uma empresa denominada Associação Brasileira de Liderança - Braslider Org -, que me encaminhou documentação dizendo que eu era merecedor de uma homenagem. É interessante o fato de que minha irmã, advogada residente em Brasília e procuradora aposentada, já havia recebido uma comunicação semelhante. A dela ocorreu em fevereiro, e a que recebi foi no dia 22 de junho.

Consta que haveria uma pré-indicação para que eu fosse homenageado pela empresa. Quero lembrar que essa empresa já utilizou as dependências da Assembleia Legislativa do estado de São Paulo, em 2013, para fazer a entrega dessas comendas.

Ao todo são 52 tipos de prêmios oferecidos a empresas e personalidades, escolhidos, segundo consta, por indicação de outros cidadãos. Minha irmã entrou em contato com a empresa para entender melhor do que se trata e foi informada de que precisaria adquirir um “kit-festividade” que, em 2014, custou 2.500 reais. Eu não entrei em contato com a empresa, mas suponho que esse valor deve estar bem acima de 2.500 reais.

Interessante também o fato de que foi pedido a ela que apresentasse um breve currículo. Ora, se se pretende homenagear alguém, supõe-se que foi feito um estudo sobre a atuação dessa pessoa, para, em decorrência disso, fazer-se a homenagem. É estranho que, além de adquirir um “kit-festividade”, a pessoa tenha que encaminhar um currículo para que seja homenageada em um dos 52 tipos de prêmio a ser definido de acordo com essa “indicação e currículo”.

Procurei conhecer mais sobre a Braslider e observei que ela utiliza o timbre de várias entidades e associações, inclusive da Assembleia Legislativa de São Paulo e da TV AleSp, aproveitando o fato de que promoveu um desses eventos, denominado de “Entrega do Prêmio Excelência e Qualidade Brasil 2013” em uma solenidade realizada nesta Casa. Desde então, sente-se no direito de utilizar tais timbres. Além disso, soube que até recentemente havia a expectativa de se fazer a entrega dessas comendas novamente nesta Casa, em 2016. Mas de última hora resolveram transferir a entrega para o dia 19 de julho, no Círculo Militar do estado de São Paulo.

Precisamos analisar de onde provêm os recursos para essas comendas e títulos, a fim de descobrir se derivam apenas da contribuição dos cidadãos a serem homenageados ou, se, eventualmente, há recursos públicos da União, do Estado ou dos Municípios. Até porque, dentre os símbolos que observamos, há também de órgãos estaduais e municipais, ao que tudo indica utilizados para dar credibilidade ao título e à comenda.

Quem são os responsáveis por essa empresa? O senhor Moises Hartmann Almeida e sua esposa, senhora Débora Cristina Hartmann Almeida. Fui levantar, na Junta Comercial e no Poder Judiciário, o que há de informações envolvendo esse cidadão. E consta que seu nome anterior, provavelmente antes do atual casamento, seria Moises de Almeida Santos.

Então, Sra. Presidente, peço que cópia deste pronunciamento seja encaminhada ao procurador-geral de Justiça, que é o chefe do Ministério Público Estadual, e, também, a todos os membros da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa de São Paulo, para sabermos o que é, de fato, a Braslider, por que ela utiliza símbolos públicos, se ela recebe ou não verbas públicas, como age em relação a essas comendas e qual uso ela faz das dependências da Assembleia Legislativa de São Paulo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Esta Presidência recebe o documento de V. Exa. e o encaminhará à publicação, após o seu exame, nos termos do Art. 18, inciso V, do Regimento Interno.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Sra. Presidente, pela oportunidade, eu solicito de V. Exa. que aquilo que o deputado Carlos Neder acaba de dizer na tribuna, com sua permissão, seja encaminhado ao Comando Militar do Sudeste e à Presidência do Círculo Militar.

O que S. Exa. nos traz é muito importante. Muitas vezes, as pessoas, até bem intencionadas, abrem as portas dos seus locais de trabalho, dos seus clubes, de suas associações, e, de repente, pelo que o deputado traz aqui, estão usando da boa fé dessas pessoas, no sentido de arrecadar verba - não se sabe para qual intenção.

Então, com a aquiescência do deputado Carlos Neder, solicito que isso seja encaminhado ao general Cid, do Comando Militar do Sudeste, e ao presidente do clube do Círculo Militar, também, para que tomem ciência daquilo que o deputado traz à presença de todos, aqui.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Esta deputada recebe, também, o pedido de V. Exa. e o encaminhará, nos termos do Art. 18.

Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Mauro Bragato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Cezinha de Madureira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sra. Presidente Analice Fernandes, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores funcionários da Assembleia Legislativa, todos os que nos assistem pela TV Assembleia, policiais militares presentes, trago, em primeiro lugar, a informação de que ontem, juntamente com o deputado Coronel Camilo, entramos com emendas referentes ao PLC nº 23, de 2016, a lei de ingresso da Polícia Militar.

Vamos pedir ao senhor líder do Governo que acolha essas emendas, no sentido de que sejam feitas algumas alterações em prol da população e de toda a Segurança pública em São Paulo. Solicitamos que sejam alterados alguns itens, como, por exemplo, a orientação no PLC de que o ingresso na Polícia Militar se faria até os 26 anos de idade. Nós estamos propondo que fique da maneira que é hoje, para que o jovem que queira ingressar como soldado na polícia possa fazê-lo até os 30 anos. Então, que sejam mantidos os 30 anos, bem como para a Academia do Barro Branco - para os civis que queiram prestar o concurso para a Escola de Oficiais.

Para os que já são policiais militares, o PLC nº 23 também traz o limite de idade de 26 anos. Nós estamos propondo, por meio de emenda, que não haja limite de idade para os policiais militares prestarem o concurso para o Oficial. É uma regra que já existia. Nós estamos pedindo para que seja mantida e vamos pedir para que os deputados nos apoiem nessas emendas, no sentido de favorecer cada vez mais as pessoas interessadas em ingressar nas Forças de Segurança e de que nós tenhamos sempre uma Segurança pública melhor para todo o Estado.

Trago uma notícia, hoje. Pego para que coloquem uma foto no telão. Infelizmente, neste fim de semana, nós perdemos mais um importante homem das forças de Segurança paulistas. Nós perdemos o delegado do Deinter. Estamos trazendo a notícia do delegado Guerinio Solfa Neto. Sua foto está aí. Tinha 43 anos. Trabalhava na Inteligência da Polícia Civil, na cidade de São José do Rio Preto. No sábado passado, dia 26, por volta das 19 horas, foi morto com oito tiros.

O que aconteceu foi o seguinte: ele não foi somente assassinado com oito tiros. Ele vinha de uma festa que aconteceu numa chácara quando foi abordado, retirado de sua caminhonete. O corpo do delegado foi encontrado amarrado - vejam o requinte de perversidade - e foi executado com oito tiros. Ele também era delegado substituto nas delegacias de Pedranópolis e Fernandópolis e era muito bem quisto na região.

O carro dele foi encontrado em São Paulo, há alguns dias, e temos a informação de que talvez um dos suspeitos como autor desse homicídio já tenha sido preso.

Essa é uma notícia que traz bastante consternação, porque é mais um homem das forças de segurança, um delegado de polícia, jovem de 43 anos, muito querido na região de Rio Preto, Guerinio Soufa Neto que é assassinado por bandidos. Transmitimos aqui os nossos pêsames a todos os componentes da Polícia Civil, irmanados nessa luta contra a violência.

Sra. Presidente, hoje no jornal nós temos uma notícia dizendo - como sempre - que a GCM errou naquela ocorrência onde houve a morte de um jovem. Diz a notícia: “GCM errou do início ao fim em ação que matou o garoto”.

Eu não vou falar se a GCM acertou ou errou porque eu não tenho dados da ocorrência, não estava presente na ocorrência. Só quem pode falar se a GCM acertou ou não é quem estava presente. O resto fica com o traseiro sentado debaixo de um ar condicionado no seu escritório e fica metendo o bico na ocorrência dos outros. Aqui, neste jornal, está bem clara essa postura. O cara dizer bem contra a postura do secretário de Segurança Municipal, Sr. Benedito Mariano, que fala uns absurdos. Ele mesmo se contradiz no jornal. Ele diz que a função fundamental da GCM é cuidar do patrimônio público e policiamento preventivo. Em seguida ele diz que a ocorrência foi totalmente equivocada. Se ele diz que a função da GCM é cuidar do policiamento preventivo - eu não sei se concordo com tudo isso - mas já que ele está dizendo, a GCM teria sim condições de averiguar um problema de suspeito. Depois ele diz novamente que os agentes deveriam apenas ter avisado a PM e ficado onde estavam.

Portanto, o Sr. Benedito Mariano está deixando bem claro para os bandidos “fiquem à vontade, cometam crime à vontade”, porque se tiver um guarda civil próximo ele não pode fazer nada, ele só vai poder comunicar à PM. Ou seja, o guarda civil, segundo o Sr. Benedito Mariano, é um enfeite. Ele está lá de enfeite junto à população; ele não pode fazer nada, ele não pode agir. Ele está tirando totalmente a autoridade e a ação da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo, uma tropa que sempre foi atuante, trabalho forte em prol da segurança.

É diz mais o seguinte: à GCM só é permitida agir em situação de flagrante. Mas a ocorrência que nós temos é que os GCMs estavam com uma viatura, foram abordados por cidadãos de moto que tinham dito que haviam acabado de ser roubados pelos indivíduos que estavam no carro. Portanto, é uma situação de flagrante. Eles tentaram abordar o veículo, o veículo empreendeu fuga, eles foram atrás na intenção de abordar o referido veículo, eu não sei o que aconteceu para acontecer esse disparo, mas enfim, se ele está dizendo que a GCM só pode agir em situação de flagrante, eles agiram de acordo pois era uma situação de flagrante.

Eu temo aqui pela integridade da GCM de São Paulo, quando nós temos pessoas como o Sr. Benedito Mariano que teria obrigação de apoiar e zelar pela sua tropa, e é o primeiro a condená-la.